

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL EM UMA ESCOLA DE ENSINO REGULAR, EM CAMPINA GRANDE/PB

Rildo de Oliveira Fernandes (1); Bruno Ferreira da Silva (2); Ana Cristina Silva Daxenberger (3)

(Universidade Federal da Paraíba, rildo.oliverpb@gmail.com)

Resumo: O presente trabalho teve como objetivo conhecer as conquistas e as dificuldades encontradas durante o processo de inclusão e escolarização de pessoas com deficiência visual, analisando as concepções sobre o processo de ensino/aprendizagem e as adaptações curriculares feitas por uma escola regular que atende pessoas com deficiência visual (DV). Considerando isto, nosso trabalho tem como tema a educação de pessoas com DV. A pesquisa foi realizada por meio de entrevista com roteiro semiestruturado para 3 alunos deficientes visuais; e questionário para 3 gestores e 8 professores da escola de ensino fundamental e médio na cidade de Campina Grande/PB. Como instrumentos de pesquisa, utilizou-se a entrevista, o questionário e a observação, se caracterizando a pesquisa de abordagem qualitativa. Os dados nos permitem afirmar que se faz necessário modificar a forma de pensar e de fazer educação nas salas de aula regulares quanto aos aspectos pedagógicos: planejar o ensino; desenvolver e aprimorar a formação do educador; e, adaptar o ambiente escolar quanto à acessibilidade de recurso ao currículo e aspectos físicos. A inclusão deve ser abrangente desde as atitudes, as formas de atendimento às pessoas com deficiência até as adaptações, sejam elas, atitudinais, sociais, curriculares, entre outras; as quais devem observar as necessidades especiais de todos.

Palavras-chave: Educação para cegos, Inclusão Escolar, Ensino-Aprendizagem

INTRODUÇÃO

Atualmente a educação tem um grande desafio: transformar a exclusão em inclusão; para que todos os alunos, sem ou com necessidades especiais, possam ter direito à educação com qualidade. É imprescindível que a escola aprimore suas práticas, a fim de atender as diferenças e tornar possível a igualdade de oportunidades para todos. Na educação inclusiva, a proposta é que não se retire a criança ou o adolescente com necessidades educacionais especiais (NEE) da classe comum e que, além disso, receba um atendimento específico e elaborado que possa observar as NEE.

Considerando os fundamentos teórico-metodológicos da Educação Inclusiva, as quais se baseiam numa concepção de educação de boa qualidade para todos e no respeito à diversidade dos educandos; é indispensável uma

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

participação mais qualificada dos educadores para o avanço desta importante reforma educacional, atendendo às necessidades educacionais de todos os alunos, com ou sem deficiência. Infelizmente, a falta de estrutura das escolas e o despreparo dos professores figuram entre os obstáculos mais citados para educação inclusiva (STAINBACK e STAINBACK, 2001); fonte).

É um grande desafio fazer com que a inclusão ocorra sem perdermos de vista que além das oportunidades, é preciso garantir o avanço da aprendizagem de todos, bem como, no desenvolvimento integral do indivíduo com ou sem NEE.

Em 1990, no contexto das políticas públicas brasileiras, é publicada a Lei nº 8.069, que dispõem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Essa lei, que trata da garantia da proteção integral à criança e ao adolescente, afirma os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana (art. 3º) e protege as crianças e os adolescentes contra qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (art. 5º). Em seu art. 11, parágrafos 1º e 2º, afirma que “A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento educacional especializado”: e que “incumbe ao poder público fornecer gratuitamente aqueles que necessitarem os medicamentos, próteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação e reabilitação” O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), (1990), representa um documento de extrema importância no combate às violações dos direitos humanos no país, contribuindo assim para a superação dos desafios tanto no que se refere ao direito à educação, quanto à proteção dos direitos humanos em sua amplitude.

Diante desse contexto, nosso trabalho tem como tema a educação de pessoas com deficiência visual (cegas e/ou baixa visão), buscando-se analisar o processo de inclusão escolar destes, em uma escola estadual na cidade de Campina Grande-PB. Pretende-se também examinar a realidade da inclusão destas pessoas na escola pesquisada, verificando como vem sendo implantado o processo de inclusão escolar destes sujeitos na mesma. O tema é relevante visto que se faz necessário modificar a forma de pensar e de fazer educação nas salas de aula, de planejar o ensino, de desenvolver e aprimorar o educador e o ambiente escolar para se materializar a inclusão no cotidiano escolar. Com isso, pretendemos identificar as principais dificuldades encontradas pelos professores para se trabalhar com os alunos deficientes visuais; averiguar se o professor usa metodologia diferenciada em sala de aula com os alunos com deficiência visual, investigar junto aos professores, gestores, alunos e demais funcionários se o espaço físico da escola está adaptado para atender as necessidades destes alunos e verificar se os professores da escola se

encontram capacitados para atender alunos com deficiência visual (DV).

A escolha do tema decorreu da necessidade em analisar como a inclusão escolar está sendo praticada nas escolas de ensino regular, em especial, na escola escolhida para executar a pesquisa, uma vez que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional de 9.394/96 determina a inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino. Nesse sentido, a escola inclusiva deve ofertar condições para que todas as pessoas possam ser incluídas na escola, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam apresentar. Com isso, as escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando estilos e ritmos de aprendizagem, assegurando uma educação de boa qualidade a todos mediante a um currículo apropriado e estratégias de ensino que atendam a aprendizagem de todos.

O tema escolhido também se reveste de grande importância pelo fato de que a inclusão se constitui como um tema relativamente recente na realidade educacional brasileira, gerando inúmeros confrontos entre educadores e especialistas no que se refere às pessoas com deficiências. Vale ressaltar ainda, que discutir inclusão, segundo alguns autores (BUENO, 2001; MANTOAN, 2005; STAINBACK e STAINBACK, 2001; SASSAKI, 2001) que fundamentaram esse estudo, significa romper com paradigmas sociais excludentes, possibilitando conhecer novas concepções acerca do deficiente, o qual deixa de ser considerado como um indivíduo limitado para se constituir em um sujeito capaz de superar limites, antes desacreditados pela sociedade.

Assim, espera-se que este estudo ponha em evidência dados referentes à complexidade do tema inclusão e para auxiliar no desenvolvimento das competências necessárias ao atendimento dos educandos com deficiência visual, contribuindo assim, com o trabalho dos profissionais da escola investigada a fim de que o projeto de inclusão escolar seja uma realidade e não apenas dados estatísticos. Com isso, o nosso objetivo é compreender o processo de inclusão e o cotidiano de alunos com deficiência visual em uma escola estadual de ensino fundamental e médio regular na cidade de Campina Grande- PB.

Os objetivos específicos foram: compreender como se dá a relação social dos alunos com deficiência visual e seus colegas de classe; analisar as dificuldades encontradas pelos gestores e professores para desenvolver suas aulas e desenvolver o processo de inclusão em sala de aula; analisar qual é a percepção dos alunos em relação aos professores sobre inclusão; compreender qual é a concepção do aluno com DV sobre a inclusão escolar; investigar se há, no ambiente

escolar, questões de preconceito em relação à presença de alunos com DV e como os mesmos se manifestam a respeito disto.

MATÉRIAS E MÉTODOS

A pesquisa em questão se caracteriza como um estudo de natureza descritiva de cunho exploratório e de caráter qualitativo.

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, estabelecimentos de relações variáveis”. “São inúmeros os estudos que podem ser qualificados sobre este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados, tais como o questionários e observação sistemática. (GIL, 2002, p.42.)

A pesquisa foi realizada em uma escola da rede estadual de ensino fundamental e médio, localizada na cidade de Campina Grande-PB. Primeiramente foi feito um pedido de autorização à direção da escola, logo após este procedimento foi dado início a primeira etapa do trabalho com a realização da entrega de um questionário que foi aplicado aos participantes. Em seguida foi feito um levantamento dos alunos com DV matriculados e de todos os professores da escola que atendem os alunos com DV. Com esses dados foi possível selecionar professores e alunos para fazer parte da pesquisa.

Para entrar em contato com os alunos com DV foi necessária a participação da professora responsável pelo grupo de apoio aos deficientes visuais da escola, de forma a explicar o objetivo do trabalho para depois entrarmos em contato com os alunos; com os quais iríamos dialogar do decorrer da pesquisa. Houve por parte desta professora bastante empenho em colaborar com o estudo em questão, propondo de imediato uma reunião para conhecermos os alunos com DV e informarmos do interesse de entrevistá-los. Ao entrarmos em contato direto com os alunos deficientes visuais através de uma reunião com os mesmos dialogamos com eles sobre a proposta e o objetivo da nossa pesquisa e apesar do interesse desses alunos em contribuir com o estudo em questão foi feita uma seleção para escolhermos alguns desses alunos (proposta dada pela professora que coordena o centro de apoio a esses estudantes); pois, segundo ela a maioria desses jovens tinha entre 10 a 16 anos e precisaria da autorização dos pais para participarem da pesquisa.

Dentre os 22 alunos deficientes com DV matriculados na escola, escolhemos 10 e ligamos para os pais e responsáveis dos mesmos e apenas 3 nos permitiram entrevistar seus filhos, sendo estes matriculados no ensino fundamental e médio. Na sequência foram agendadas as entrevistas com os professores e alunos selecionados assim também como os gestores da escola sendo esses encontros realizados no final do mês de novembro e início de dezembro de 2016, na própria escola. Para realização dessas entrevistas foram elaborados três tipos de questionários sendo um para os professores, um para os gestores e outro para os alunos com visual (DV).

Esses questionários foram respondidos de duas formas: os que eram para os 8 professores e os 3 gestores foram respondidos de maneira descritiva, sendo entregue aos participantes e recolhido a posteriori; e, os questionários direcionados aos alunos com DV foram respondidos de maneira oral, para o qual usamos um aparelho celular para gravar as perguntas e respostas dadas pelos 3 alunos e depois fizemos a transcrição das mesmas para o computador de forma a facilitar não só a pesquisa como também poder registrar com maior detalhes as vozes dos participantes. Sendo assim, o questionário respondido pelos alunos com DV se tornou um roteiro de entrevista feita pelo pesquisador.

Por questões éticas, os nomes dos mesmos foram preservados e identificados da seguinte forma: PR para os professores, GE para os gestores e ADV-1, ADV-2, ADV-3 para identificar os alunos com deficiência visual participantes da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O papel social da escola é essencial para a formação do sujeito e para a eliminação da discriminação e superação das desigualdades sociais. E ao se pensar na educação de pessoas com DV, a escola deve assumir a responsabilidade sobre o acesso ao currículo e as adaptações necessárias para que o educando com DV possa aprender e desenvolver suas habilidades e competências. E ao analisarmos a qualidade do trabalho oferecido pela instituição, na qual desenvolvemos nossa pesquisa, constatamos alguns desafios a serem enfrentados. Para o desenvolvimento da inclusão de educandos com DV no âmbito escolar foi possível verificar que apesar das diferenças que são construídas num sistema de representação, no qual se apresentam diversos discursos, os depoimentos dos profissionais e alunos são de extrema importância para verificarmos as conquistas e desafios no processo de inclusão nas escolas da rede regular de ensino. Diante disso, apresentamos os

dados em temáticas de estudos as quais estão a seguir: a inclusão da pessoa com DV na visão dos profissionais da educação na escola; e, o ensino para pessoas com DV.

A inclusão escolar quebrou paradigmas e preconceitos, pois colocou, no mesmo espaço pessoas com suas particularidades e diferenças individuais. Podemos citar como exemplo o aluno com deficiência que frequentava apenas escolas especializadas. Sem dúvida, é um processo inovador e de conquistas para convivência em um mundo com mais igualdades sociais.

A finalidade da escola inclusiva é fornecer condições de desenvolvimento do aluno, em que ele tenha a oportunidade de aprender e de conviver de forma igualitária com outras crianças. Com isso, concordamos com a declaração de Salamanca (1994) quando deixa claro que para existir a inclusão é preciso começar pelos meios educacionais.

Faz-se necessário que as escolas modifiquem suas estruturas para que: [...] elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças [...] assumindo que [...] as diferenças humanas são normais e que a aprendizagem deve se adaptar as necessidades da criança, ao invés de se adaptar a criança a assunções pré-concebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem. (UNESCO, 1994, p.4).

Com isso percebemos que a escola regular de ensino é o espaço ideal para iniciar um processo de inclusão social, pautado no respeito às diferenças, mas é preciso mudança em todo contexto educacional regular sejam elas nas instalações físicas, habilidades profissionais tais como profissionais especializados para atender os alunos com necessidades especiais. Contudo percebemos que a inclusão deve compreender um atendimento ainda mais amplo do que, simplesmente, um espaço democrático cabendo ao professor desenvolver as habilidades individuais de cada aluno.

A INCLUSÃO DA PESSOA COM DV NA VISÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NA ESCOLA

Na visão dos gestores escolar, a inclusão escolar não é fácil, mais é possível. Quando questionados como a escola se prepara para assegurar o acesso e a permanência do educando com DV e como a gestão orienta seus professores a lidarem com os alunos que tem deficiência visual, o G-1 afirma que oferece palestras

e eventos junto a toda comunidade escolar, trabalhando para que cada dia a escola tenha condição de dar um melhor suporte aos alunos deficientes visuais e ainda complementa afirmando que:

“A melhor maneira que encontramos foi fazer uma parceria com o Instituto dos Cegos que nos orienta e nos dá suporte, pois apesar de todos os esforços ainda não estamos preparados para lidar (sic) com a situação e o poder público não nos dá nenhum suporte”. (G-1).

Outra questão posta em discursão foi sobre a estrutura física da escola e se a escola dispõe de recursos materiais para oferecer aos alunos com deficiência visual. De acordo como GE-1 a escola não disponibiliza de nenhum material didático voltado a esses alunos; o único apoio que a escola encontra é do Instituto dos Cegos que imprime em *Braille* atividades e avaliações passadas pelos professores.

Como os dados, se pode observar que o processo de inclusão das pessoas com NEE, nesta escola regular de ensino enfrenta várias barreiras. Nesta escola, os aspectos de recursos e eliminação de barreiras arquitetônicas não são tão observadas e atendidas. Apesar de termos uma legislação que regulariza o processo de inclusão através do Ministério da Educação que assegura as pessoas com deficiência o direito ao acesso e à permanência nas escolas de ensino regular, não há investimentos em políticas públicas para melhorar as estruturas físicas dessas instituições, investimento em materiais didáticos adaptados para atender esses alunos e na qualificação dos profissionais da educação dando possibilidades aos gestores e professores de pôr em prática as competências necessárias para desenvolver um processo inclusivo de qualidade.

Para os professores, da escola estudada, sem essas melhorias supracitadas, fica cada vez mais difícil a inclusão para a pessoa com DV. Segundo a professora PR-6 “sem um material didático específico e sem uma qualificação adequada o processo de ensino-aprendizagem fica comprometido”.

Vale ressaltar que é importante o Poder Público assumir e cumprir o papel de instância crítica e supervisão sobre a estrutura física das instituições educacionais e na qualificação dos profissionais da área de educação. Dessa forma, o Estado deve contribuir na formação de uma escola cidadã que possa formar sujeitos participativos e atuantes na comunidade, e tenham melhorias nas condições de vida.

O ENSINO PARA PESSOAS COM DV

Quando perguntamos sobre os recursos específicos direcionados ao processo escolar de ensino dos alunos com DV, os participantes assumiram utilizar mapas em alto relevo, atividades em *Braille*, ou obras de arte em alto relevo. Todavia, alguns professores da escola pesquisada afirmaram que tais materiais e recursos não são acessíveis, e às vezes os mesmos recebem ajuda do Instituto dos Cegos para a impressão em *Braille* de algumas atividades, como provas, por exemplo, e nem sempre isso acontecia.

Ao questionarmos se os professores haviam recebido algum material adaptado para utilizar em sala de aula, constatamos que todos não tiveram acesso ou não usam recursos adaptados. Assim eles expressam:

“Nada”. “Temos que nos virar como podemos para ministrar os conteúdos aos deficientes”. “Temos o direcionamento para mandar o material para o Instituto dos Cegos passar para *Braille*”. (PR-3).

Ao fazermos a mesma pergunta aos educandos com DV sobre os recursos adaptados, os mesmos também afirmaram não ter equipamentos ou material adaptados. Podemos exemplificar na fala de DV-1 :“Daqui? Não, o que tínhamos eram apenas dois computadores adaptados para nós, mais mesmo assim foram roubados da escola, mas de material fora a isso nenhum”. (DV-1).

Segundo Coimbra (2003), apesar do educando deficiente visual encontrar-se inserido no sistema da escola regular, a escola pública ainda não está preparada para assumir uma postura político-pedagógica favorecedora de sua inclusão escolar e social. Essa consideração é justificada pela inexistência de recursos e atividades pedagógicas adaptadas para esses alunos, também, na escola pesquisada. Essa situação se concretiza pelo atraso e pela falta do material didático adaptado para esses alunos, que quando chega do Instituto dos Cegos na escola, o conteúdo já foi explicado.

A falta de material didático adaptado para esses alunos se constitui num problema sério para inclusão dos mesmos, pois dificulta o acompanhamento das aulas por parte deles e quando isso ocorre, sabemos, que o processo de ensino e aprendizagem fica mais difícil. Considerando isto, podemos ratificar que os recursos didáticos e as tecnologias de aprendizagem adaptadas são essenciais na vida escolar

dos educandos com DV, uma vez que os mesmos podem comprometer com muito mais facilidade o conteúdo e desenvolver melhor seu desempenho no desempenho do educando (BRASIL, 1998).

Além da falta de material didático e a falta de capacitação de professores, estes profissionais ainda afirmam não se sentirem preparados para lidar com os educandos com necessidades especiais em sala de aula.

Todavia, devemos ressaltar que a maioria dos professores tem mais de dez anos de experiência e já poderiam ter buscado formação continuada para se capacitar e buscar alternativas educacionais para atender os educandos com DV e outras necessidades educativas especiais. Em nosso entendimento, ainda há falta de comprometimento profissional em assumir para si, também, as responsabilidades sobre a garantir a qualidade de ensino mesmo tendo um sistema de ensino um déficit no aprimoramento do atendimento aos estudantes. Entendemos que se faz necessário a superação da vitimização dos professores que não estão capacitados, para exigir a execução de seu papel social e da responsabilidade do Estado. Entendemos que a formação continua é papel das secretarias de educação, mas também dos professores. O próprio professor pode buscar conhecimento para melhorar sua prática docente.

Outro fator que dificulta a permanência desses educandos na escola regular é a falta de investimento na estrutura física das escolas, à distância e à dificuldade de locomoção e, a falta de sensibilidades dos colegas de escola e muitas vezes de professores e funcionários.

Os professores têm um papel fundamental na promoção educacional dos alunos com necessidades educacionais especiais, cabendo a ele buscar suporte, orientação, adaptar sua metodologia buscando contribuir de forma que o processo de aprendizagem desses alunos seja baseado na busca por uma educação inclusiva, no respeito e na valorização das diferenças. Contudo é de extrema importância ouvir e dar voz ao aluno com deficiência de maneira a contribuir com seu sucesso durante o processo de aprendizagem na escola regular. Através dos depoimentos dos alunos com deficiência visual, é possível conhecer as conquistas e dificuldades encontradas durante sua experiência educacional e analisar suas concepções sobre a escola: como desafios, podemos constatar não só questões pedagógicas (adaptação de currículo e de acesso ao currículo, como as metodologias e avaliações); como também problemas de acessibilidade, e formação docente. Como conquista, os estudantes apontam a possibilidade de estar em ambiente educacional regular e estar com os demais e a possibilidade de continuar os estudos.

Sobre a importância de estudar em uma escola regular, os alunos com deficiência visual argumentaram que é importante, pois participar das relações de sociabilidade com os outros alunos sem deficiência demonstra que eles (DV) são capazes de enfrentar a vida cotidiana como qualquer outro, mas esse convívio na opinião dos mesmos pouco acontece. O que se constatou por meio dos dados é que na hora do intervalo, os alunos com DV são levados para a sala onde funciona o centro de apoio permanecendo lá até o fim do mesmo, e eles voltam para sala de aula logo depois do intervalo. Para nós esta situação é a constatação da segregação institucionalizada que não explora e favorece a integração entre os sujeitos (estudantes), o que facilitaria no processo educacional e de aprendizagem por meio de uma proposta de cooperação escolar, como se propõe Stainback e Stainback (2001).

Quando perguntado sobre a relação dos mesmos com os colegas no âmbito escolar, os alunos DV-2 e DV-1 afirmaram que eles fizeram muitas amizades, mas ainda há preconceito dentro da escola. Assim DV 2 se expressa:

“Fiz muitos amigos aqui, mas sei também que existe um pouco de preconceito da parte deles ou pena sei lá o que se passa na cabeça deles não posso julgar, às vezes, eles falam; (sic) outras nos tratam com indiferença, abençoado aquele amigo que nos ajuda, pois com tudo isso, ainda, temos alguns colegas que nos orienta” (DV-2).

E o aluno DV-1 completa:

“Para falar a verdade não acho uma boa relação porque no intervalo não convivemos com os outros no pátio, por exemplo. O convívio que temos é só em sala de aula e quando passamos nos corredores acho que isso não é incluir; não acho que essa indiferença que sentimos dos nossos colegas não é culpa deles e nem preconceito. A própria escola ao separar agente deles no intervalo faz com que esse convívio fique cada vez mais longe. Como você vai conhecer alguém se você não convive com ele, entende?” (DV-1).

No relato do aluno DV-2, é possível evidenciar que ele se sente discriminado por parte de seus colegas, deixando a entender que essa

convivência não é o que ele esperava. Porém, acaba revelando que existe uma dúvida se essa indiferença existe ou não quando fala que “existe da parte deles ou pena sei lá o que se passa na cabeça deles não posso julgar”. Já na visão do DV-1 o mesmo não vê esse preconceito vindo dos colegas e sim de como a escola desenvolve o processo de inclusão desses alunos quando os separa na hora do intervalo para tirá-los o direito de sociabilidade no espaço escolar. O que em nosso entendimento é uma situação de exclusão social, reproduzida pela escola no cotidiano escolar, ao proporcionar uma possível superproteção.

Por isso é de extrema importância o desenvolvimento de estratégias para que o aluno com deficiência visual possa utilizar suas formas perceptivas no processo de ensino e aprendizagem; superando as dificuldades impostas pela cegueira. É, possível, através do contato com os colegas visuais, também, construir conhecimentos e desenvolver mecanismos que concretize a inclusão e efetivar a aprendizagem. A prática educativa destinada aos alunos com necessidades especiais demanda muitas revisões por parte dos educadores, tanto de natureza prático-didática, quanto de natureza legal: o direito a inclusão escolar com acesso a um ensino de boa qualidade.

No que diz respeito à importância da relação professor e aluno para o processo de ensino/aprendizagem os alunos DV participantes da pesquisa, estes (DV) afirmaram que é importante, mas isso raramente acontece com significativa relação de ensino/aprendizagem, na qual reconhece o educando com DV capaz de aprender e construir conhecimentos. DV-3 relata:

“A relação é boa, a maioria dos professores nos tratam com respeito só que as explicações deixam a desejar e na hora da prova eles tentam nos ajudar como fossemos os coitadinhos isso me deixa um pouco chateado”. (DV-3).

E o DV 2, complementa, dizendo:

“Eles são carinhosos com agente e tudo mais. Só que eles, às vezes, não têm a sensibilidade de nos perguntarmos como estão as aulas, se estamos entendendo; se não fosse alguns poucos colegas que sentam ao nosso lado para nos orientar não tínhamos como acompanhar as aulas e mesmo assim esses colegas não faz isso a pedido dos professores é por livre e espontânea vontade”. (DV-2).

A atitude desses professores mostra uma visão limitada por parte dos mesmos sobre a capacidade do aluno deficiente visual em realizar atividades, sejam elas em grupo ou individual, colaborando assim para um processo de exclusão na medida em que se parte da premissa que a construção do conhecimento se dá apenas entre “os iguais”. Entendemos que a inclusão deve ser vista pelo educador, como um processo de formação continuada e reflexiva para ressignificar a sua prática pedagógica; permitindo assim conviver com os diferentes favorecendo o processo de reconhecimento da diversidade e de direitos de todos.

Ao questionarmos os professores sobre a relação professor e aluno em sala de aula os mesmos afirmaram que é uma relação amigável, mas que têm seus problemas como a relação que se dá com qualquer outro aluno. E ao perguntarmos se o aluno deficiente visual contribui para que as aulas e as atividades alcancem os seus respectivos objetivos o professor PR-7 relatou:

“Parcialmente sim, uma vez que acontece uma interação razoável em sala de aula, mais que está muito distante da realidade que poderíamos testemunhar”. (PR-7).

E a PR-5 complementa:

“Eles são como qualquer outro aluno; alguns são bem participativos já outros são mais dispersos e conversam muito. Então, você tem que chamar atenção deles e retomar a aula em seguida o que na minha visão é normal até pela faixa etária dos mesmos”. (PR-5).

Pode se observar pela resposta dos professores que essa relação é uma relação idêntica à que se tem com os alunos sem deficiência, porém com dificuldades mais complexas, pois como a melhoria educacional não depende apenas dos professores; mas de toda a sociedade, essa realidade está longe de ser superada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Inclusão escolar é de extrema importância para toda sociedade, pois uma educação que se preocupa com o respeito à diversidade pode colaborar com a formação de todos os sujeitos, superando o preconceito. Com isso para que uma escola se torne inclusiva tem que contar com a

participação de todos: professores, funcionários, familiares e a própria comunidade. Deve-se programar para materializar as adequações necessárias, para garantir aos alunos com deficiência uma aprendizagem mais ativa e significativa. Diante disso o presente trabalho buscou avaliar as concepções de gestores, professores, e educandos sobre a Educação Inclusiva, analisando o processo de inclusão de alunos com deficiência visual em uma escola de ensino regular, na cidade de Campina Grande-PB, na qual constatamos que ainda há muito que fazer para que a inclusão se consolide.

Assim, os resultados obtidos nesse trabalho nos permitiram responder algumas questões que apareceram no decorrer da pesquisa. Nesse sentido, foi possível verificar as concepções da comunidade escolar estudada a respeito dos conceitos e impressões sobre inclusão e escola inclusiva; verificar o que a comunidade escolar em questão entende por inclusão; verificar se os educadores tiveram capacitação para conviver e trabalhar com os alunos com necessidades visuais; saber quais são as condições físicas da escola e os problemas relativos à inclusão possibilitando evidenciar os problemas encontrados pelos deficientes visuais no espaço educacional estudado.

É fato que existem muitas dificuldades na construção da escola inclusiva, mas podem ser vencidas através de um trabalho de conscientização no âmbito educacional como todo. A escola precisa mudar, considerando o potencial e interesse de seus alunos, individualmente, principalmente no que se refere às deficiências.

O ponto inicial para a construção da escola inclusiva é a elaboração do Projeto Político Pedagógico, que permita programar um sistema educativo de acordo com a sua realidade, sendo um instrumento definidor das relações da escola com a comunidade a quem vai atender, o que será feito, por que será executado, observando-se os objetivos educacionais e o perfil de educandos que se pretende formar. Além disso, é preciso que o educador se envolva nesse processo de mudança, sendo confiante na sua capacidade de transformação da educação em meio ao um processo de ensino/aprendizagem inclusivo.

Mesmo observando que as atitudes estão mudando no âmbito escolar em relação ao atendimento de pessoas com deficiência nas escolas regulares, podemos ainda observar um trabalho incipiente. Muitos dos profissionais da educação que estudam, fazem capacitações se informam; mais ainda falta uma contribuição de extrema importância para que esse processo de inclusão se torne uma realidade constante nos sistemas públicos de ensino. É necessário ainda investir na estrutura física e implementar políticas públicas que dê condições de

REFERÊNCIAS

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. **Lei nº 8.069**. Brasília: Senado Nacional, 1990.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais, Adaptações curriculares**. Brasília: Mec, 1998.

BUENO, José Geraldo Silveira. **A produção social da identidade do anormal**. In:

FREITAS, M. C. (Org.). História social da infância. São Paulo: Cortez, 2001.

COIMBRA, Ivanê. A inclusão do Portador de Deficiência na Escola Regular. EDUFBA, Salvador, 2003.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MANTOAN, T.E. **Inclusão: o quê? Por quê? Como?**. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

SASSAKI, R. K, **Inclusão: construindo uma sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 2001.

STAINBACK, W. e STAINBACK, S. **Inclusão**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca, Espanha, 7-10 de junho, 1994.